

Assunto: Coparticipação - Terapia ABA | Ana Laura Moura Soares
De: Andrea Borges <andrea@unimedtc.coop.br>
Data: 26/04/2024, 17:10
Para: steniopc@gmail.com
CC: Fernanda Borges <fernanda@unimedtc.coop.br>, Tais Gianina <tais@unimedtc.coop.br>
BCC: Catia <catia@unimedtc.coop.br>, Vanessa Rosa <vanessa@unimedtc.coop.br>

Três Corações, 26 de abril de 2024

Ao

Sr. Stênio, boa tarde! Tudo bem?!

Em resposta à sua solicitação que nos foi apresentada no dia 22/04, quanto a legalidade da cobrança da coparticipação nas terapias realizadas por portadores de TEA – Transtorno do Espectro Autista, a Unimed Três Corações apresenta os devidos esclarecimentos:

Inicialmente, cumpre esclarecer que a coparticipação está prevista na legislação e regulamentação da saúde, no inciso VIII do Art.16 da Lei nº 9.656 de 1998, Lei que regula os planos de assistência à saúde, vejamos:

“Art. 16. Dos contratos, regulamentos ou condições gerais dos planos e seguros tratados nesta Lei devem constar dispositivos que indiquem com clareza:

...

VIII - a franquia, os limites financeiros ou o percentual de co-participação do consumidor, contratualmente previstos nas despesas com assistência médica, hospitalar e odontológica;”

A resolução do CONSU nº 8, de 3 de novembro de 1998 e a IN nº 28, de 16 de dezembro de 2022, também regulamentam sobre o pagamento da coparticipação pelo consumidor do plano de saúde quando da realização de procedimentos, bem como a obrigação de estar previsto em contrato a cobrança, vejamos o disposto na resolução **CONSU nº 8/98** e na **Instrução Normativa 28 da Agência Nacional de Saúde Suplementar**:

Dispõe sobre mecanismos de regulação nos Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde.

...

“Art. 3º Para efeitos desta regulamentação, entende-se como:

I – “franquia”, o valor estabelecido no contrato de plano ou seguro privado de assistência à saúde e/ou odontológico, até o qual a operadora não tem responsabilidade de cobertura, quer nos casos de reembolso ou nos casos de pagamento à rede credenciada ou referenciada;

II – “co-participação”, a parte efetivamente paga pelo consumidor à operadora de plano ou seguro privado de assistência à saúde e/ou operadora de plano odontológico, referente a realização do procedimento.”

Art. 4º. *As operadoras de planos ou seguros privados de assistência à saúde, quando da utilização de mecanismos de regulação, deverão atender às seguintes exigências:*

*I - informar clara e previamente ao consumidor, no material publicitário do plano ou seguro, **no instrumento de contrato** e no livro ou indicador de serviços da rede:*

*a) os mecanismos de regulação adotados, especialmente os relativos a fatores moderadores ou **de co-participação** e de todas as condições para sua utilização;*

Anexo I da Instrução Normativa nº 28 da ANS: Dispõe sobre os procedimentos do Registro de Produtos e informações a serem descritas no contrato do plano de saúde:

“Tema X – Mecanismos de Regulação

...

C) Especificar, nos casos de coparticipação e/ou franquia, os eventos a que se aplicam e o seu valor monetário ou percentual, observando os limites máximos estabelecidos em normativo vigente.

Em atendimento a toda regulamentação que rege as operadoras de plano de saúde entendemos que a coparticipação presente no plano está claramente demonstrada, nos termos dos normativos, bem como no contrato celebrado entre as partes.

Ressalta-se que tanto no **Termo de Adesão** ao plano quanto no **Contrato de Plano de Saúde**, celebrados em nome de Ana Laura Moura Soares, observamos a previsão da coparticipação, conforme abaixo:

Termo de Adesão

11 – COPARTICIPAÇÃO

PROCEDIMENTO	PARTICIPAÇÃO
Consultas Médicas	30% (trinta por cento)



4

ANS - n.º 35.903-3

PROCEDIMENTO	PARTICIPAÇÃO
Terapias realizadas por outros Profissionais da área da saúde (Fonoaudiólogos, Psicólogos, Nutricionistas, Terapia Ocupacional e Fisioterapeutas)	30% (trinta por cento) do valor da terapia, cuja cobrança será realizada por terapia/sessão realizada, não acumulativo. SEM APLICAÇÃO DE LIMITADOR.
Procedimentos de alta complexidade	30% (trinta por cento) da Tabela da Unimed Limitado ao Teto de R\$ 500,00 (quinhentos reais) Por Procedimento, não acumulativo
Cirurgias ambulatoriais	30% (trinta por cento) da Tabela da Unimed Limitado ao Teto de R\$ 500,00 (quinhentos reais) Por Procedimento não acumulativo.
Demais procedimentos	30% (trinta por cento) da Tabela da Unimed Limitado ao Teto de R\$ 500,00 (quinhentos reais) Por Procedimento não acumulativo.
Internações Hospitalares por evento	R\$ 200,00 (duzentos reais) Na Abrangência do Contrato
Coparticipação psiquiátrica	45% (quarenta e cinco por cento) a partir do 31º dia de internação, por ano de contrato, com coparticipação do Beneficiário de 45% do valor da conta.

* esses valores serão reajustados nos termos do contrato

11.1 - A cobrança de coparticipação ocorre por procedimento realizado, cuja cobrança poderá ocorrer em mês diferente da realização do procedimento.

11.2 – Reajuste – Os valores das mensalidades e coparticipações serão reajustados na data do aniversário do contrato, conforme índice autorizado pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Contrato do plano de saúde celebrado entre as partes:

12.6 – DA COPARTICIPAÇÃO

12.6.1 – Este plano prevê a cobrança de coparticipação na despesa assistência a ser paga pelo beneficiário diretamente à **UNIMED TRÊS CORAÇÕES**.

12.6.1.1 – O beneficiário toda vez que fizer uso de consulta médica, Exames Complementares ou Procedimentos Ambulatoriais em algum profissional/entidade constante da Relação de Prestadores de Serviço, pagará à **UNIMED TRÊS CORAÇÕES**, o montante correspondente a 30% (trinta por cento) do valor utilizado.

- Consulta Médica, Consulta com Enfermeiro Obstetra, Consulta em Pronto Atendimento - 30% (trinta por cento), do valor da consulta,
- Exames- 30% (trinta por cento) da tabela da Unimed, limitado ao teto de R\$ 500,00 por procedimento realizado, não acumulativo;
- Terapias realizadas por outros Profissionais da área de Saúde (Fonoaudiólogos, Psicólogos, Nutricionistas, Terapia Ocupacional e Fisioterapeutas) - 30% (trinta por cento), do valor da terapia, cuja cobrança será realizada por terapia/sessão realizada, não acumulativo. **SEM APLICAÇÃO DE LIMITADOR.**
- Procedimentos Ambulatoriais - 30% (trinta por cento) da tabela da Unimed, limitado ao teto de R\$ 500,00 por procedimento realizado, não acumulativo.

12.6.2 - Em se tratando de Internações Hospitalares clínicas, cirúrgicas inclusive no regime de Hospital dia, será cobrada a coparticipação de **R\$ 200,00 (duzentos reais)** por internação.

12.6.3 – a **UNIMED TRÊS CORAÇÕES** se obriga ao custeio integral de 30 (trinta) dias de internação psiquiátrica, a cada ano de contrato, não cumulativos, em hospital psiquiátrico, ou unidade, psiquiátrica em hospital geral para portadores de transtornos psiquiátricos em situação de crise.

Ultrapassados os 30 (trinta) dias de internação, nos 12 meses de vigência do contrato, será cobrada coparticipação do beneficiário no percentual de 45% (quarenta e cinco por cento) do custeio da



Registro Produto: 474.469/15-1



ANS - n.º 35.903-3

35

Pelo exposto, a Unimed Três Corações cumpre integralmente a regulamentação de saúde, conforme pode ser verificado a citada legislação e cláusulas contratuais, que esclarece ao consumidor sobre a cobrança de coparticipação nos procedimentos utilizados na cobertura do plano de saúde, além disso o registro do plano de saúde junto a Agência Nacional de Saúde prevê a cobrança de coparticipação em todos os procedimentos contratados pelo beneficiário.

Ademais, conforme citado na solicitação, que o judiciário entende que não se aplica cobrança de coparticipação para os beneficiários portadores de Transtornos Espectro Autista (TEA), ao contrário disso, o judiciário diante de ações judiciais questionando a cobrança da coparticipação para as terapias tem entendido que esta é devida desde que haja previsão contratual.

À título de demonstração, segue anexo recente jurisprudência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG em que demonstra a legalidade da cobrança da coparticipação em terapias especiais para portadores de TEA.

Por fim, esclarecemos que a regulamentação em vigor a RN 465 alterada pela RN 469 de fato não há limitação no número de sessões para as terapias aos portadores de TEA, todavia a cobrança da coparticipação incide sobre o número de sessões realizadas, das quais conforme acima exposto a cobrança é legalmente prevista na legislação.

A Unimed Três Corações espera ter sanado as dúvidas apresentadas quanto a legalidade da cobrança da coparticipação do presente no plano de Ana Laura Moura Soares.

Sendo o que nos cumpria, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos, tanto por este canal quanto pelo WhatsApp da Ouvidoria (35) 9.9720-5571.

Atenciosamente,

Andrea Borges

Regulação em Saúde

Unimed Três Corações

TEL.: (35) 3239-6022

Email: andrea@unimedtc.coop.br



Esta mensagem de e-mail, incluindo qualquer anexo, visa apenas ao(s) destinatário(s) nomeado(s) e pode conter informações confidenciais, proprietárias ou legalmente privilegiadas. Indivíduos ou entidades não autorizados não podem acessar essas informações. Qualquer disseminação, distribuição, divulgação ou cópia dessas informações não é autorizada e é estritamente proibida. Se você recebeu essa mensagem por engano, notifique o remetente por e-mail de resposta e exclua essa mensagem e qualquer anexo.



Antes de imprimir pense em sua responsabilidade e compromisso com o MEIO AMBIENTE.

Em 22/04/2024 11:12, Tais Gianina escreveu:

----- Mensagem encaminhada -----

Assunto:Fwd: Coparticipação - Terapia ABA | Ana Laura Moura Soares

Data:Mon, 22 Apr 2024 11:09:48 -0300

De:Stenio Soares <steniopc@gmail.com>

Para:comercial@unimedtc.coop.br

Stenio Marcos Soares

(11) 94359-0929

Início da mensagem encaminhada:

De: Stenio Soares <steniopc@gmail.com>

Data: 26 de março de 2024 08:46:59 BRT

Para: adriane@unimedtc.coop.br

Assunto: Re: Coparticipação - Terapia ABA | Ana Laura Moura Soares

Bom Dia!

Temos retorno?

Att,

Stenio.

Em qui., 21 de mar. de 2024 às 16:48, Stenio Soares <steniopc@gmail.com> escreveu:

Boa Tarde, Adriane!

Tudo bem contigo?

Sou pai da Ana Laura Moura Soares e responsável financeiro pelo plano dela com vocês da Unimed Três Corações.

Lhe escrevo pois me espantei com o valor de coparticipação cobrado no boleto deste mês, para as terapias ABA. Até onde eu sei, o plano não pode efetuar cobrança de coparticipação deste tipo de terapia utilizado para pessoas portadores do TEA - Transtorno do Espectro Autista. Correto?

Segue o boleto para seu conhecimento e análise, ele já foi pago para evitar que a Ana Laura tivesse o atendimento interrompido, mas preciso do seu retorno urgente sobre o tema, inclusive sobre o crédito deste valor pago.

O QUE A LEI DIZ

A lei que dispõe sobre os planos e seguros de saúde (lei 9.656/98), consagra o autismo como um subtipo do Transtorno Global do Desenvolvimento, de maneira a não permitir dúvidas da sua cobertura obrigatória. Não só, a lei que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos de Pessoa com Transtorno de Espectro Autista dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de atendimento multidisciplinar ao autista. No caso de negativas do plano de saúde a solução será ingressar com uma ação judicial. O juiz poderá fixar uma multa diária até a efetivação da medida, forçando assim o cumprimento da decisão sem procrastinações.

É muito comum o pedido de tutela de urgência no momento do ingresso da ação. Assim, caso deferida, a criança poderá iniciar seu tratamento, sem ter de aguardar para ter direito ao que necessita apenas no final da ação. O Poder Judiciário tem deliberado em favor dos pacientes, obrigando os planos ao custeio de atividades como: atendimento psiquiátrico e neurológico, psicoterapia, psicomotricista, fonoterapia, hidroterapia, equoterapia e outras que se tornem necessárias de acordo com a demanda da criança.

A quantidade de sessões e a metodologia são indicadas pelo médico, não cabendo aos planos de saúde limitar o prescrito. De outro modo, estar-se-ia se apropriando de uma incumbência que não é sua, mas do profissional da medicina que assiste o paciente.

— Anexos: —

JURISPRUDÊNCIA TJMG.doc

29,0KB